

**O MEDIEVALISMO
NA EDIÇÃO CIENTÍFICA DE TEXTOS BRASILEIROS¹³³**

José Pereira da Silva (UERJ)

RESUMO

Aproveitando a oportunidade em que se faz o lançamento de um livro em homenagem à medievalista, Profa. Ângela Tonelli Vaz Leão, que também recebe a Medalha Serafim da Silva Neto de Destaque em Filologia em 2014, parece adequado fazer algumas reflexões sobre as características da edição científica de textos brasileiros a partir dos numerosos manuscritos conservados em nossos acervos, já que a imprensa só foi liberada aqui depois da chegada de D. João VI, no século XIX. Para isto, será feita uma síntese histórica da editoração no Brasil, serão apresentadas rapidamente as características de uma edição crítica, destacando a questão do estabelecimento do texto, da recensão e da correção, e, por fim, trataremos da edição de documentos fundamentais para o resgate seguro da história social, científica e literária do Brasil nas diversas formas de preparação de textos dessa natureza. Nossas reflexões serão fundamentadas em autores consagrados na teoria e na prática de edições críticas, filológicas ou científicas, como Serafim da Silva Neto (1956), César Nardelli Cambraia (2005), Emanuel Araújo (2008) e vários outros.

Palavras-chave: Medievalismo. Filologia. Edição. Ecdótica. Crítica textual.

1. Introdução

É nossa pretensão mostrar que, quando aplicados à edição de textos históricos, científicos e literários brasileiros (principalmente do período colonial), os procedimentos da edição crítica são os mesmos que se aplicam à edição de textos medievais, segundo se pode ver em *A Construção do Livro*, de Emanuel Araújo (2008), porque, relativamente às formas de se editar um texto medieval, Serafim da Silva Neto ensina, em *Textos Medievais Portugueses e Seus Problemas*:

1 – reprodução fac-similada, a única que pode, realmente, espelhar o original, tirando-o da exclusividade de uma biblioteca, para facultá-lo a todos os investigadores interessados;

2 – edição crítica.

O critério a ser levado em conta nesta última depende se o texto é conhecido por mais de um manuscrito ou apenas por um único. No primeiro caso é indispensável estabelecer a cronologia dos manuscritos e, determinado o mais

¹³³ Uma versão deste texto foi publicada no livro *Atualizações da Idade Média*, organizado pela Profa. Maria do Amparo Maleval (2000, p. 167-186).

antigo, transcrevê-lo – tendo o cuidado de colacioná-lo com os demais e de registrar no rodapé as variantes interessantes, isto é, que melhor esclareçam o texto ou que revelem evolução da língua (no caso, mais frequente, de se tratar de manuscritos de épocas diferentes). No segundo caso, mais simples, há que transcrever o manuscrito único, observando certas normas capazes de assegurar que fica intacta a fase linguística espelhada pelo texto. (SILVA NETO, 1956, p. 22-23)

Como se vê, Serafim da Silva Neto ainda não adota o termo edição interpretativa para o caso de documento preservado por um único testemunho, conceito que ganhou adesão quase geral a partir da publicação da *Introdução à Crítica Textual*, de César Nardelli Cambraia, em 2005.

Considerando-se que a situação cultural e editorial do Brasil continuou durante todo o período colonial a mesma em que viveu a Europa do final da Idade Média, em que não havia imprensa e com a manutenção da produção literária em acervos manuscritos conservados com enormes dificuldades, podemos ter por certo que, com pequenas adaptações, os problemas da edição de quase toda a enorme massa de códices e documentos esparsos produzidos no Brasil colonial poderão ser resolvidos do mesmo modo que sugere Serafim da Silva Neto para os textos medievais portugueses.

Neste sentido, transcrevemos sete das nove normas que ele acreditava serem indispensáveis para se fazer uma transcrição “boa e fiel” daqueles textos, propondo as sete primeiras para o caso dos textos do Brasil colonial:

- 1 – substituir as letras u e i, quando em função consonântica, por v e j;
- 2 – separar as palavras que no manuscrito vêm juntas [...];
- 3 – escrever os nomes próprios com letra inicial maiúscula;
- 4 – desdobrar as abreviaturas;
- 5 – com parcimônia, introduzir acentos agudos e circunflexos, sempre que isso puder evitar confusões e dúvidas;
- 6 – respeitar religiosamente as formas linguísticas, não modernizar, em nenhum caso, qualquer palavra;
- 7 – pontuar o texto, paragrafar, pôr traços nos diálogos.¹³⁴

¹³⁴ As normas 8 e 9 são descartadas porque dizem respeito a elementos relativos à grafia fonética, “desfigurada pela influência latinizante” a partir do século XVI (cf. *op. cit.*, p. 24).

A transcrição proposta por Serafim, nestas regras, não supõe atualização ortográfica. Para os textos brasileiros, entretanto, a edição com a grafia atualizada deve ser preferível, porque não se trata mais do período em que predominava a grafia fonética, mas a grafia etimológica ou pseudoetimológica. Além disso, fique claro que não se poderão deixar estabelecidas aqui todos os detalhes necessários para uma transcrição de documentos para uma edição crítica ou interpretativa moderna, pela limitação que o contexto exige.

2. Síntese histórica da editoração no Brasil

Emanuel Araújo acredita “ser possível dividir a prática editorial brasileira em três períodos principais”, apesar de confessar a sua necessária arbitrariedade e rigidez na tentativa de ser didático:

1) O *primeiro período*, de 13 de maio de 1808, quando o príncipe dom João criou a Impressão Régia, a 1921. Criou-se, então, um público leitor, ávido de obras técnicas e de ficção. (Cf. ARAÚJO, 2008, p. 28-29)

No Segundo Império, estabeleceram-se no Rio de Janeiro algumas editoras de renome que, entretanto, pouco acrescentaram à técnica de editoração. Iniciando-se este século, as tipografias brasileiras achavam-se tão mal equipadas que as obras de nossos principais autores eram impressas na França e em Portugal. Rubens Borba de Moraes registra, em seu livro *O Bibliófilo Aprendiz*, que eram “impressões banais, correntes, baratas”, mas “tecnicamente bem-feitas, com página de meio título, índice e outros detalhes, além do papel de boa qualidade” (MORAIS, 1975, p. 180). Mas, segundo Mário Pontes, no artigo “Aportuguesados à Força”, publicado no *Jornal do Brasil*, era comum os revisores portugueses de livros brasileiros adaptarem a linguagem dos autores a usos gramaticais lusitanos, deturpando o ritmo e algumas peculiaridades intrínsecas a seus discursos. (PONTES, 1981)

2) O *segundo período* (1921-1967) surgiu da luta pela melhoria da comunicação entre Brasil e Europa, durante e logo depois da Primeira Guerra Mundial, com pequena melhoria de qualidade da indústria editorial brasileira. Mas a produção e comercialização do livro, de 1917 a 1925, quando Monteiro Lobato faliu, marcou a luta das casas publicadoras brasileiras pela conquista de sua própria identidade, assimilando o que se fazia na Europa e nos Estados Unidos, inovando e adaptando-se ao novo e impreciso mercado leitor.

Em 1921, a Companhia Editora Nacional daria início a esse segundo período, ao lançar o volume de estreia da coleção Brasileira.

O exemplo da Brasileira seria seguido até hoje por coleções semelhantes. Ressaltem-se, também como pioneiras, a Documentos Brasileiros, iniciada em 1936, da Editora José Olympio, e a especializada Biblioteca Histórica Brasileira, iniciada em 1940, da Livraria Martins Editora. Os especialistas em editoração começavam a ver seu trabalho aceito e aprovado na prática.

Nesse processo de reconhecimento, aparentemente em atividade paralela à dos historiadores, mas de fato sob rigorosa orientação ecdótica, os filólogos tiveram papel destacado. Eles valorizavam não só a recuperação dos textos, mas também a sua escrupulosa publicação em edições críticas. Muitos nomes poderiam ser destacados, conforme nos lembra o professor Anthony Julius Naro, em *Tendências Atuais da Linguística da Filologia no Brasil* (Cf. NARO, 1976, p. 73-79), porém o grande marco editorial nesse sentido foi a série de 11 volumes de textos arcaicos saídos entre 1963 e 1969, sob a direção de Antônio Geraldo da Cunha, editados pelo Instituto Nacional do Livro. Além disso, coube a outro filólogo ocupar, na teoria e na prática, o espaço vago pela dissociação dos trabalhos de filologia e de editoração: trata-se de Antônio Houaiss, que não só elaborou verdadeiro tratado de textologia, nos *Elementos de Bibliologia* (1967), como se encarregou da editoração comercial de obras complexas, destinadas à mais ampla divulgação, como enciclopédias e dicionários.

3) O *terceiro período* (1967 em diante) teve como inaugurá-lo e servir de ponte para a editoração profissional o trabalho de Antônio Houaiss. Desde a década de 1960, segundo Roberto Átila Amaral Vieira, em “Redução dos custos gráfico-editoriais”, as principais editoras parecem convencidas de que “quanto mais investir nos originais, menos a editora está despendendo na fase gráfica; quanto mais os originais demorem na editoração, mais rápida e economicamente o livro sairá da gráfica.” (VIEIRA, 1981, p. 135).

Enfim, chega-se à conclusão de que foram vitais quer o esforço dos tipógrafos da Imprensa Régia, quer, sobretudo, o pioneirismo de editores como Monteiro Lobato e o resgate da editoração através do trabalho dos filólogos. Hoje qualquer casa publicadora de médio porte dispõe de um departamento editorial que controla todo o fluxo dos originais, inclusive solicitando a colaboração de especialistas nessa ou naquela matéria para esse ou aquele original cujo perfeito domínio escapa ao editor

de texto. Pretende-se produzir livros bem acabados, em resposta às solicitações de um mercado cada vez mais exigente. (Cf. ARAÚJO, 2008, p. 32)

3. Edição crítica

No trabalho de edição crítica, o filólogo e o editor de texto quase se confundem.¹³⁵ Vem do século passado a discussão sobre a *forma* ideal que o texto crítico devia apresentar-se ao leitor. Em princípio, segundo Américo Jacobina Lacombe em sua *Introdução ao Estudo da História do Brasil*, “antes de perguntar se o testemunho trazido por um texto é aceitável ou não, é evidentemente necessário estar seguro de que o lemos na forma em que foi escrito, ou, ao menos, na forma mais próxima possível” (LACOMBE, 1974, p. 100-101). Este princípio é incontestável, mas o que nunca ficou claro é o limite do preparador de originais ou do filólogo na produção (ou reprodução) de registros técnicos de orientação dirigidos ao leitor, quer no corpo do texto, quer em notas.

A escolha, obviamente, depende por inteiro das solicitações do mercado. Ou seja, a edição que se dirige ao leitor especializado em linguística, história, medicina, arquitetura etc. deverá conter todas as minúcias que costuma figurar em complexos aparatos, mas a edição destinada ao leitor culto (não necessariamente especializado) nunca pode comportar mais que breves notas com vistas à pronta inteligência do texto, além de uma boa, simples e clara introdução.

À primeira vista, assim, o problema parece resolvido: parafernália erudita para o leitor “erudito”, simplicidade cristalina para o leitor “comum”. Acontece que nenhum leitor é erudito ou comum diante de um texto: em primeiro lugar, ambos degustam, na qualidade de *leitor*, embora de formas diferentes, o prazer da palavra, da construção das frases e de seu conteúdo informativo; e em segundo lugar, ambos dependem – em se tratando de textos antigos – de sua credibilidade. (Cf. ARAÚJO, 2008, p. 183-184)

¹³⁵ Ainda durante o século XIX essa atividade era exercida em grande parte pelos filólogos, e foi a partir do trabalho de alguns deles que a técnica da editoração conheceu um grande avanço, sobretudo com Karl Lachmann (1793-1851), a quem se devem os princípios básicos da crítica de textos, modernamente desenvolvidos por especialistas como Paul Maas, Henri Quentin e Giorgio Pasquali. Todavia, a essa altura já não se dava o caso de se reunirem em uma só pessoa a atividade do *filólogo* e do *editor*, salvo quando se tratava de recuperar, para publicação, textos de autores mortos ou, especificamente, para edições críticas sob um rigor próprio do labor filológico (ARAÚJO, 2008, p. 48-49).

4. Estabelecimento do texto

Os alemães sistematizaram e desenvolveram a filologia “microscópica” (a edição que leva às últimas consequências o aparato crítico suscitado pelas variantes de manuscritos, colação de textos etc.). Muitos divergiram desse tipo de editoração, por achá-lo “pesado” e insensível à beleza ou ao próprio conteúdo informativo do texto, fragmentando-o, retalhando-o no aparato destinado a esclarecer lacunas, corruptelas, interpolações etc. Romagnoli, em 1917, defendia, as “edições populares” dos clássicos, despojadas daquele cotejo escrupuloso dos códices, tão caro aos alemães. Assim como não desistia da atualização ortográfica e da pontuação, o que não corromperia o conteúdo do texto. Gaetano Righi, em sua *Historia de la Filología Clásica*, citada por Emanuel Araújo (2008), quase resolve o impasse, como se vê na transcrição abaixo:

Sem textos não há estímulo que nos mobilize sequer a pensar ou a elaborar um pensamento nosso... O texto é o instrumento que fixa materialmente o discurso escrito, o mesmo discurso escrito englobado no material que o contém e incorpora, certifica-o e transmite-o, com sua estrutura gramatical e sintática, com sua apresentação orgânica e total, possivelmente por decifrar, reintegrar, recompor e constituir. E, em seguida, por interpretar.

O diligente afã de exatidão, a certeza do escrito, meta específica da filologia, é certamente um utilíssimo elemento cultural, uma respeitável virtude científica e até uma peculiaridade intrínseca, constitutiva do conhecimento de um discurso transmitido. Mas pode acontecer introduzir-se, na interpretação, o cuidado excessivo ou exclusivo pelo detalhe, ...quase esgotando, nessa dedicação, as energias mentais que poderiam e deveriam reservar-se para empresas de maior importância.

...texto, documento, página, escrito etc., são termos sinônimos que se ligam intrinsecamente à ideia de filologia, a qual evoca a de exatidão e, também, a de uma essencial forma visual, uma representação tangível necessária para se passar a compreender o sentido. ...A filologia é, portanto, expressão essencial do conhecer, pois só filologicamente, isto é, sobre os textos, na plenitude de seu significado sensível e representativo, se conhece um autor, um discurso ou um conceito. (RIGHI, 1967, p. 15-16 e 19-20, *apud* ARAÚJO, 2008, p. 184).

A prática filológica é importante para o editor de texto profissional preparar edições diplomáticas, exegéticas etc. ou edições *críticas*, em que se estabelece em definitivo o texto, através da cuidadosa comparação de suas variantes. Mesmo o preparo de uma edição popular requer uma redobrada segurança quanto à fidedignidade do texto, alcançada por via do penoso e microscópico trabalho filológico.

Como no Renascimento, os editores de texto continuam a divergir quanto aos critérios da preparação de originais de uma edição crítica, em

que intervêm variados padrões normativos. Mas continuam válidas as normas estabelecidas pelo primeiro grande sistematizador da crítica textual, Karl Lachmann (1793-1951), principalmente nas introduções metodológicas apresentadas na edição de *De Rerum Natura*, de Lucrécio, e na edição do *Novo Testamento* em grego (Cf. BASSETTO, 2001, p. 43). Basicamente, foi ele quem estabeleceu que a fidedignidade de um texto se apoiava na recensão e na correção, incluindo-se aí todas as variáveis advindas da comparação das diferenças dos manuscritos e das edições, conforme esclarece suficientemente Giorgio Pasquali, em sua *História da Tradição e Crítica do Texto* (Cf. PASQUALI, 1952, cap. I, *apud* ARAÚJO, 2008, p. 186).

5. *Recensão*

Recensão é o julgamento de todos os testemunhos que auxiliam a reconstituição do texto para se formar a história da tradição. Pode-se afirmar que a recensão se constitui fundamentalmente de duas operações: classificação e colação.

A tarefa de classificação de manuscritos torna-se relativamente simples no caso de o editor de texto dispor do manuscrito autógrafo (do autor) ou de apenas uma cópia (apógrafo) daquele original.

A edição baseada em um só testemunho (*codex unicus*) requer pormenorizada descrição e segura decifração, sem o que, será justo falar-se em “contrabando literário”. A correta classificação (incluindo-se, está visto, datação, natureza e identificação) do texto, mesmo de *codex unicus*, torna-se essencial para sua credibilidade.

Quase sempre, entretanto, o editor de texto dispõe de vários testemunhos. E aqui, a tarefa básica do preparador consiste em inteirar-se da quantidade de manuscritos existentes, teoricamente baseados no original ou em cópias do original. Para levar a cabo esse trabalho, o editor deverá consultar catálogos de bibliotecas e, se houver, edições anteriores. (Cf. ARAÚJO, 2008, p. 187-188)

Realizada a classificação, o preparador elegerá os melhores e os mais antigos manuscritos ou, no caso de impressos, edições. Considere-se, nessa etapa, que um manuscrito, pelo fato de ser mais recente, é em consequência o mais distanciado do original; a última cópia da série cronológica, no entanto, pode ser a melhor de todas no caso de ter-se baseado em fontes mais próximas do original, eliminando, portanto, a acumu-

lação de erros – aliás inevitáveis em quaisquer reproduções. Sobretudo ao tratar-se de manuscrito, ele é considerado bom quando não corrige os erros de suas fontes, o que permite ao editor conhecer o estado primitivo das alterações. Torna-se imprescindível, assim, proceder à elaboração de um estema, isto é, à verificação das relações de dependência entre os manuscritos. Trata-se, na prática, de um trabalho de colação isto é, de registro de variantes através da acumulação, variedade e natureza semântica de erros. Estabelece-se, dessa forma, o que os filólogos denominam “tradição” do texto ou a história dessa tradição.

E a complicação não para aí, porquanto se pode contar, por exemplo, com um arquétipo perdido e subarquétipos perdidos ou com a mistura de tudo isso (ARAÚJO, 2008, p. 189).

Apesar de todo o instrumental técnico para estabelecer-se com segurança a colação de textos com vistas à fixação de um estema, seu resultado dependerá da habilidade do editor no exercício da crítica verbal dos vários testemunhos.

6. Correção

O trabalho de correção consiste na justa avaliação da crítica verbal, isto é, na verificação de erros ou no levantamento de conjecturas quando da impossibilidade absoluta de correção segura. Este último tipo de emenda, às vezes, é muito difícil para o editor, que o encontra tanto nos manuscritos quanto na cópia digitada de seu próprio original. O digitador, como o copista manuscrito, erra devido ao cansaço, à má compreensão de letras, ao desconhecimento de regras gramaticais, à separação defeituosa de sílabas, ao imperfeito entendimento de siglas e abreviaturas do manuscrito etc. Esses, contudo, são na maioria considerados *erros óbvios*, facilmente reconhecíveis.

Instala-se a maior confusão quando o editor se depara com os chamados *erros latentes*. Neste caso, o trabalho torna-se essencialmente filológico, visto que não há como proceder às correções sem profundo conhecimento tanto da língua em que se expressa o texto quanto das paleografias correspondentes, isto é, das antigas *formas* de escrita. Sabe-se, com efeito, que entre o arquétipo e o manuscrito mais recente permeiam diversas escolas de escribas em que variam as particularidades de cada escrita, de modo que se tornam inevitáveis confusões de letras, de grupos de letras, de ligaduras etc., pois ficou a critério de cada copista a interpre-

tação dessas passagens (ARAÚJO, 2008, p. 192).

Tem-se aí a maior fonte de erros latentes, porquanto em grande parte dos casos aqueles copistas pretenderam “corrigir” palavras ou trechos de seu original que não entendiam. E, nesse terreno, pouco há que dizer, pois a história de um texto requer tratamento único por parte do editor. Daí avalia Henri Quentin, em seus *Ensaio de Crítica Textual*:

A ecdótica é a parte da crítica relativa ao estabelecimento e à edição dos textos. [...] Ou melhor, é o lugar de outra ciência: a dos erros e de sua gênese... A paleografia, a diplomática, a cronologia, a gramática, a filologia, todas as ciências úteis ao editor são objeto de ensino, mas quando se trata de fazer sair dos manuscritos antigos um certo número dentre eles e de escolher entre as diversas lições que apresentam, os guias passam a faltar ou quase isso; cada um deve ser seu próprio mestre e fazer suas experiências (QUENTIN, 1926, p. 9 e 27).

Nenhum tratado, pode-se concluir, por mais minucioso que seja, nunca resolverá os problemas concretos com os quais se depara o editor de texto. Saiba-se, entretanto, que se deve levar em conta que, no caso de a leitura revelar-se irremediavelmente corrompida, o único meio de restaurá-la reside na conjectura. Tentativa esta que pode conduzir a uma emenda segura ou a diversas emendas mais ou menos satisfatórias, ou, mesmo, à simples impossibilidade de emenda.

Tais conclusões provêm, em princípio, do exame atento das mudanças verificadas nas cópias mais recentes em relação aos manuscritos mais antigos, teoricamente mais próximos da leitura original. A crítica verbal não considera conjectural, mas interpretativa: a pontuação, a separação de palavras e o emprego das maiúsculas (Cf. HAVET, 1911, p. 113-118). Apreciaremos aqui os casos seguintes, seguindo *La Critica de Texto*, de Giarratano (1951, p. 115-123), sintetizada por Emanuel Araújo, em *A Construção do Livro*, p. 194 e 195:

– *Eros de correção*, que consiste, via de regra, numa “correção” defeituosa do original. Sua ocorrência nos códices é muito comum, por exemplo, na má divisão de palavras.

– *Erros de transposição*, mais frequente na metátese de letras ou sílabas no corpo de uma palavra.

– *Erros de omissão*, principalmente: 1) omissão de letras no corpo de um vocábulo; 2) omissão de letra ou sílaba semelhante na mesma palavra ou em duas ou mais palavras próximas; 3) omissão por haplografia, isto é, sílabas ou palavras que deveriam estar dobradas e que só aparecem uma vez; 4) omissão de monossílabos.

– *Erros de inserção*, proveniente da má compreensão de arcaísmos por parte do copista.

– *Erros de substituição*, causados principalmente pela confusão advinda da má compreensão de nomes próprios.

– *Confusão de letras*, como por exemplo, nos manuscritos latinos mais antigos os números são indicados com algarismos romanos; ora, uma linha sobre a letra multiplica-a por mil em um texto sobre aritmética, mas num texto literário essa linha apenas distingue os números das letras.

– *Confusão de abreviaturas* é frequente na escrita cursiva, em que se usam numerosas abreviaturas para os vocábulos corriqueiros.

O único norteamento possível para se estabelecer uma edição fidedigna reside nos próprios erros, já que constituem leituras ou lições divergentes de cópia para cópia. Entende-se que o exame dessas variantes têm de levar em conta fatores intrínsecos à cópia, como autor, conteúdo, língua e época, mas é do cotejo pormenorizado entre elas que se chegará a acolher no texto a leitura preferida. Em caso de dúvida, é preferível seguir o critério da lição mais difícil, segundo o qual a lição mais difícil tem maiores probabilidades de ser a verdadeira, considerando-se que a lição mais fácil deve originar-se na mais difícil, e não o contrário (ARAÚJO, 2008, p. 195).

As variantes são chamadas de “erros-guias” ou “erros diretivos” porque “podem ser utilizados para a realização de inferências estemáticas”, nas palavras de Paul Maas, em seu livro de *Crítica Textual (Textkritik)* (MAAS, 1957, p. 27). Por sua vez, tais erros tomam a forma de “erros separativos” e “erros conjuntivos”. Neste caso, se dois testemunhos apresentam entre si variantes tão díspares que não possam ser eliminadas por conjetura, estamos diante de erros separativos, que demonstram a independência dos dois textos. Inversamente, se dois testemunhos apresentam erros comuns que demonstrem de forma inequívoca a interligação entre ambos, temos erros conjuntivos.

Por fim, existem as interpolações, devidas à intenção explícita do copista em alterar original, acrescentando-lhe passagens espúrias. Nem sempre as interpolações são facilmente demonstráveis, de modo que, via de regra, o método para sua eliminação permanece arbitrário. Evidenciar uma interpolação requer profundo conhecimento histórico e gramatical, sem o que seus argumentos de nada valerão (ARAÚJO, 2008, p. 196)

7. Textos da história do Brasil

Até princípios do século XIX entendia-se como “edição crítica” principalmente a de textos literários da Antiguidade clássica, mas o historicismo que, no século anterior, vinculava essa atividade à recuperação de algo como “espírito dos povos antigos”, produziu uma derivação inusitada no trabalho filológico: a técnica de editoração aplicada a textos da Antiguidade clássica passou a exercer-se (e de forma revigorada, com inovações adaptadas caso a caso) também para os textos literários medievais de cada país e, ainda mais, para a vasta e dispersa documentação que, de algum modo, resgatava as ditas “memórias nacionais”, legitimando-se, historicamente, as respectivas unidades nacionais.

Esse movimento, de certa forma, continua até hoje. Países que se conformaram sob o colonialismo, como o Brasil, buscam igualmente construir sua própria identidade nacional ao afirmarem sua especificidade histórica em meio a um emaranhado de interferências culturais veiculadas pelos próprios colonizadores e, para isto, o uso das técnicas de editoração e do repertório de edições críticas sob critérios filológicos para fins políticos ou de “política cultural” já é bastante amadurecido.

A própria orientação técnica das edições críticas parece refletir as tendências e os interesses em relação direta com o trabalho do texto:

Entre Bédier e Lachmann o jogo continua aberto: no campo dos nossos textos românicos há quase uma repartição dos filólogos por categorias nacionais. [...] De forma que os dois centros em que ainda se mostra vivo o interesse metodológico pela crítica do texto parecem ser a Bélgica e a Itália. (Cf. PICCHIO, 1979, p. 223-224, *apud* ARAÚJO, 2008, p. 214).

No Brasil, 16 anos após a independência, criou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para buscar uma identidade nacional através da história do país, quase sem textos literários significativos, mas rico em uma documentação histórica que abrangia três séculos. Daí a atenção especial para o que se considera “texto histórico”, quer manuscrito, quer impresso. Note-se que em 1860 o barão Homem de Melo já chamava a atenção de seus pares, no IHGB, como se pode ver no artigo “Necessidade de uma coleção sistemática de documentos da história do Brasil”, publicado em 1901, no número 64 da revista do Instituto. Disse ele:

Sente-se ainda na nossa literatura histórica a falta de um trabalho essencial, que deveria preceder a todos os outros: a coleção, sistematizada em um corpo regular, dos documentos de nossa história.

...Os documentos de nossa história estão esparsos aqui e ali, em vários arquivos, em trabalhos diversos, em publicações avulsas, em memórias especi-

ais ou em códices ignorados. Não há deles uma coleção ordenada, que possa servir de guia ao historiador.

O trabalho da geração presente, entre nós, quase reduz-se a busca de materiais, disseminados em mil volumes, diversos e raros.

...na França, na Alemanha, na Inglaterra, esse trabalho de compilação de documentos tem sido empreendido em vasta escala... Por que não imitaremos nós o exemplo da Europa culta, iniciando desde já esses grandes trabalhos, que devem atestar ao futuro a virilidade de nossas lucubrações e garantir a verdade histórica perante a posteridade?

Pensamos mesmo que na realização desta ideia, desde que ela fosse empreendida com consciência e boa fé, o Estado deveria fazer algum sacrifício.

É essa, sem dúvida, uma empresa difícil, que não poderá ser efetuada sem grande trabalho. Em outros países ela tem absorvido os esforços de gerações inteiras.

Entretanto, dê-se o primeiro passo: a geração vindoura completará o resto (MELO, 1901, p. 149-151, *apud* ARAÚJO, 2008, p. 215).

E como até hoje nada se fez nesse sentido, o resultado prático é que nunca se fixaram normas editoriais uniformes, válidas para todos os pesquisadores, no concernente à publicação de documentos históricos (ARAÚJO, 2008, p. 214).

Registra-se aqui uma proposta apresentada por nós em 1995 à FAPERJ e ao IHGB para se trabalhar nesse projeto de estabelecimento de normas seguras para a edição de documentos históricos, através de um projeto de pós-doutoramento, em que já se contava com o apoio declarado do Prof. Vicente Tapajós, da direção daquela casa.

8. Diversidade das edições

Embora ainda não haja no Brasil um repertório exaustivo e sistemático da documentação colonial, na Europa esse tipo de *corpus* parece ter surgido, já no início do século XIX, sob forma modelar, atendendo justamente a motivações como preservação da unidade e da memória nacionais. Talvez a maior contribuição moderna para a publicação de rigorosas edições críticas se deva aos volumes das *Monumenta Germaniae historica inde ab anno Christi quingentesimo usque ad annum millesimum et quingentesimo*, de exemplar organização. (ARAÚJO, 2008, p. 223).

O êxito dessa coleção provocou a criação de sociedades semelhantes à alemã com idêntico propósito, em diversos países. Em Portugal, de-

vido à iniciativa de Alexandre Herculano, surgiram os volumes das *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum*, inspirados igualmente no modelo alemão.

No Brasil fundou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), cujos estatutos deixam claro que sua finalidade primordial seria coligir e publicar documentos pertinentes à história nacional. Ao lado da investigação isolada de alguns estudiosos, a pesquisa histórica sistemática no Brasil nasceu com o aparecimento do Instituto. Observe-se que esse organismo já divulgou ponderável número de documentos, mas, publicações sem qualquer norteamento sobre as normas que deveriam ser adotadas em sua editoração. O mau exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi seguido por todos os similares estaduais, pelo Arquivo Nacional e seus congêneres estaduais e municipais, assim como por outras instituições, entre elas a Biblioteca Nacional, cujos *Documentos Históricos* e *Anais* estampam considerável número de documentos, porém sob critérios editoriais díspares.

Embora os responsáveis pelos repertórios de documentos devam obedecer as normas coerentes de transcrição, verifica-se exatamente o contrário. Cada um, ao editar um documento, escolhe e impõe seus próprios padrões no que diz respeito ao confronto com o original. Quase sempre tais especialistas mostram excelente nível técnico, mas divergem entre si a tal ponto que obriga o leitor a eleger a edição que melhor compreenda ou que julgue (com grande margem de erro) mais de acordo com o original (ARAÚJO, 2008, p. 225).

É evidente a acentuada diversidade nos critérios que norteiam a edição dos documentos mais conhecidos e trabalhados pelos técnicos. Basicamente, os textos antigos podem ser editados das seguintes formas (ARAÚJO, 2008, 226-228):

1) Por meios fotomecânicos, reproduzindo-se de modo absoluto o texto original no formato, na caligrafia, nas margens etc. É a edição *fac-similar* ou edição *fac-símile*; se em duplicação eletrostática ou a seco, edição xerográfica.

2) Por meio de composição tipográfica onde se reproduz, teoricamente com o máximo de fidelidade, a transcrição paleográfica do texto original. É a *edição diplomática* ou *edição paleográfica*.

3) Por meios fotomecânicos e de composição tipográfica em que aparecem, lado a lado, o texto em fac-símile e sua transcrição paleográfi-

ca, respectivamente em páginas pares e ímpares fronteiras. É a *edição técnica*.

4) Por meio de composição tipográfica com aparato crítico do editor no próprio miolo do texto; com ou sem fac-símile, mas submetido a uma leitura contemporânea, sobretudo na ortografia e na pontuação. Além disso o texto recebe aparato crítico para indicar a intervenção do editor no original; também é imprescindível a presença de notas que assinalem variantes de cópias do texto-base ou esclareçam passagens e termos obscuros. No caso de estampar-se o fac-símile, ou se trata de *codex unicus* ou do texto-base. É a *edição crítica*.

5) Por meio de composição tipográfica sem aparato crítico e onde o original se submete a uma leitura contemporânea; embora inteiramente despojada de sinais, comporta notas que esclarecem passagens e termos obscuros. É a *edição popular*, cuja vantagem é a leitura absolutamente livre e corrente.

6) Por meio de composição tipográfica sob os procedimentos 4 ou 5, mas apenas com extratos de documentos, à guisa de coletânea. Trata-se de seleção de trechos representativos em sua sequência textual, e normalmente indica com reticência onde se deu o salto. É a *edição escolar*.

As formas mais perfeitas de reprodução residem na edição fac-símile e na edição técnica, elas se destinam, porém, a reduzido número de leitores em razão de sua baixa inteligibilidade. Assim, grande número de editores condena as edições que mostram o texto apenas em sua forma gráfica original, em particular a paleográfica.

Joseph Maria Piel, apresentando a edição do *Livro de Ofícios...*, descrevendo o preparo de sua edição, esclarece:

No estabelecimento do texto seguimos um critério que... consiste em reduzir a um mínimo, para quem consultar o livro, as dificuldades de ordem puramente exterior e material do manuscrito, aliando a este procedimento um máximo de fidelidade quanto à essência de linguagem do original. Em nosso entender, uma edição de um texto literário não pode nem deve ser concebida como exercício de paleografia, com reprodução servil de todos os pormenores gráficos, casuais ou individuais, de quem redigiu ou copiou o códice, trabalho de que um filólogo nunca se poderá, aliás, desempenhar tão bem como uma máquina fotográfica. Se muitas publicações de autores antigos têm hoje um número de leitores tão reduzido, isto em grande parte se deve ao aspecto rebarbativo que apresentam, com o seu aparato hiper e, não raro, pseudocientífico, que faz desanimar o estudioso mais bem intencionado (PIEL, 1948, p. XXXVIII, *apud* ARAÚJO, 2008, p. 228-229).

No Brasil também há décadas que se questiona o alcance das edições diplomáticas, principalmente pela grande margem de erros que podem conter, devido à má interpretação do editor de texto em certas passagens do original.

Serafim da Silva Neto, no já citado livro *Textos Medievais Portugueses e Seus Problemas*, há mais de meio século, já lembrava

Hoje, em virtude dos progressos técnicos da fotografia e da reprodução fac-similada, a transcrição puramente diplomática é um atraso, pois com ela ficamos sempre na estreita dependência do critério e da perícia do editor, que, no entanto, pode ler mal e não compreender algumas palavras.

...Por outro lado, em muitos passos, as edições meramente diplomáticas são deficientes e imperfeitas, já que as tipografias modernas são incapazes de reproduzir certos sinais medievais. Com o atual progresso da técnica só se justifica a edição diplomática quando ela vem ao lado da fac-símile. Dessa maneira o leitor pode acompanhar e policiar a leitura – o que, todavia, mais parece um exercício paleográfico do que uma tarefa de caráter filológico (SILVA NETO, 1956, p. 21).

Tendo em vista esta restrição apresentada por Serafim da Silva Neto é que decidi, por exemplo, preparar uma edição interpretativa da *Memória Colonial do Ceará* (na época do Serafim, seria chamada de edição crítica), atualizando gráfica e ortograficamente o texto e reduzindo drasticamente o número de notas que seriam necessárias sem a reprodução mecânica dos manuscritos, de modo que pode ser mais útil, ao mesmo tempo, tanto ao filólogo, quanto ao historiador e ao leitor não especializado.

9. Se fosse possível concluir...

A tendência atual se voltou para a edição crítica e para a leitura contemporânea, ou para edições populares e até escolares. As duas últimas, apesar de óbvia e desejável leveza do texto, quase sem aparato, levam implícita a absoluta confiança na competência do editor, o que é no mínimo arriscado. Assim a preferência recai na opção por edições críticas com o texto sob leitura contemporânea, mas livres daquele pesado aparato e da orgia de erudição que caracterizou muitas dessas edições no século XIX e primeira metade do século XX.

Muitos filólogos e historiadores não aceitam o critério da leitura contemporânea dos originais, sob as alegações de que deve ser dada ao leitor a oportunidade de conhecer o texto em sua plena integridade ortográfica e de que essa “interferência” o transporta para o século XXI, in-

troduzindo-se no original formas de língua então desconhecidas.

Ora, quanto à primeira objeção, a experiência já demonstrou que: a) as edições diplomáticas são falhas, devido a interpretações equivocadas dos paleógrafos ou a simples erros tipográficos, b) esse tipo de edição obriga o leitor comum a um penoso esforço de inteligibilidade, o que limita a publicação a mercado reduzidíssimo (ARAÚJO, 2008, p. 230).

A segunda objeção, que diz respeito à atualização ortográfica, isto é, à aplicação de formas gráficas da língua não usadas na época de sua produção, é tão inconsistente como alegar que tal procedimento prejudicaria a “pureza” do documento ou até sua compreensão. A edição puramente diplomática tenta reproduzir o original de modo quase mecânico, enquanto a que apresenta o texto graficamente atualizado vai além, transpondo-o à compreensão de todos.

Chega-se hoje a uma espécie de consenso de que a publicação de autores e de documentos antigos tem de ser facilmente assimilada pelo maior número possível de leitores, sem perda de credibilidade das normas adotadas em sua editoração; o leitor espera estar diante de um texto na forma (não necessariamente na grafia) em que foi escrito ou na forma mais próxima do original, sob qualquer tipo de transcrição. No caso de transposição aos padrões contemporâneos, as principais dificuldades na preparação de edições críticas de fontes se resumem aos problemas suscitados pela interpretação dos arcaísmos, pela colação de textos e pela organização do aparato editorial.

Mesmo assim, a edição semidiplomática de textos é plenamente justificável e útil para os estudos históricos, filológicos e linguísticos, como faz o grupo de pesquisa “Para a História do Português Brasileiro”, seguindo as “Normas de Edição do PHPB”, além de outros grupos e projetos similares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. Prefácio de Antônio Houaiss. 2. ed. ver. e atual. de Briquet de Lemos. Rio de Janeiro: Lexikon; São Paulo: UNESP, 2008. [1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; [Brasília]: Instituto Nacional do Livro, 1986].

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*, vol. 1. 1.

ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FLEIUSS, Max. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Anais do III Congresso de História Nacional*, vol. 7 (1938), p. 203-222.

GIARRATANO, Cesare. La critica del testo. In BIGNONE, Ettore (dir.). *Introduzione alla filologia classica*. Milão: Carlo Marzorati, 1951.

HAM, Edward B. Crítica textual e senso comum. *Revista do livro*, 9 (1967).

HAVET, Louis. *Manuel de critique verbale appliquée aux textes latines*. Paris: Hachette, 1911.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da história do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional / USP, 1974.

MAAS, Paul. *Textkritik*. 3. ed. Leipzig: Teubner, 1957.

MAGALHÃES, Aluísio et alii. *Editoração hoje*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

MELO, Homem de. Necessidade de uma coleção sistemática de documentos da história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 64 (1901), p. 149-151.

MORAIS, Rubens Borba de. Livros de bibliotecas no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

MORAIS, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. 2. ed. rev. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975.

NARO, Anthony Julius (Org.). *Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil*. Trad. Maria Bordenave & Marilda Averbury. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PASQUALI, Giorgio. *Storia della tradizione e critica del testo*. 2. ed. Florença: Felice Le Monnier, 1952.

PICCHIO, Luciana Stegagno. *A lição do texto: filologia e literatura*. Trad. Alberto Pimenta. Lisboa: Edições 70, 1979.

PIEL, Joseph Maria. (ed.). *Livro de ofícios de Marco Tullio Ciceram, o qual tornou em linguagem o infante d. Petro, duque de Coimbra*. Coim-

bra: Universitatis Conimbrigensis, 1948.

PONTES, Mário. Aportuguesados à força. *Jornal do Brasil*, 10.01.1981.

QUENTIN, Henri. *Essais de critique textuelle: ecdotique*. Paris: Picard, 1926.

RIGHI, Gaetano. *Historia de la filología clásica*. Trad. J. M. García de la Mora. Barcelona: Labor, 1967.

SILVA NETO, Serafim da. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.

SINANOGLU, Suat. *Klasik filolojide metod*. Ancara: [s./e.], 1954

SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina (Orgs.). *Memória Colonial do Ceará*. Estabelecimento do texto, comentários e notas de José Pereira da Silva. [Petrópolis – RJ]: Kapa Editorial, 2011-2012, [6 volumes de 2 tomos, de 1618 a 1754)

VIEIRA, Roberto Átila Amaral. Redução dos custos gráfico-editoriais. In MAGALHÃES, Aluísio et alii. *Editoração hoje*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981, p. 135.